



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



PL pode barrar reidratação de leite em pó

Projeto amplia pressão por regras contra entrada do produto no Brasil e reforça movimento nacional

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

O avanço de um projeto de lei no Rio Grande do Sul para barrar o uso de leite importado na produção de leite fluido recoloca no centro do debate a competitividade da cadeia leiteira e a pressão exercida pelas importações sobre os produtores. A proposta, apresentada pelo deputado estadual Papparico Bacchi (PL), também busca ampliar o alcance da restrição para outros produtos que utilizam derivados lácteos. A iniciativa surgiu a partir de demanda direta do setor produtivo gaúcho. Segundo o parlamentar, o projeto foi levado ao seu gabinete por produtores organizados, preocupados com a perda de renda e o avanço das importações.

Protocolado no final de 2025, o Projeto de Lei nº 412/2025 tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, onde aguarda parecer. O texto, segundo Bacchi, pode representar um avanço para frear o abandono da produção. “Nós estamos querendo fazer com que esse projeto também possa restringir o uso de leite em pó em chocolate, massa, sorvete, para que o produtor de leite do RS possa se manter na atividade”, disse.



Entrada de leite em pó a preços subsidiados estão dismantelando a cadeia do setor no Estado e no País

O deputado relaciona a iniciativa à forte retração da atividade no Estado. “O RS foi o estado que mais perdeu produtores nos últimos anos. Nós éramos mais de 80 mil e hoje somos cerca de 27 mil”, afirmou. Segundo ele, o impacto vai além do campo. “”, observou, ao destacar os efeitos sobre a economia de pequenas e médias cidades. Apesar do apoio de produtores, Bacchi reconhece que a tramitação não deve ser simples. “É uma pauta delicada, sensível.

Nós estamos mexendo com muitos interesses”, afirmou. O projeto foi encaminhado para análise da Secretaria da Agricultura, etapa que pode alongar o processo em relação a outros estados.

A proposta gaúcha também está inserida em uma articulação mais ampla. O objetivo é aprovar essa lei no maior número de estados possível e avançar para uma legislação nacional de proteção ao produtor de leite. Segundo o parlamentar, o País enfrenta uma es-

colha estrutural. “Ou o Brasil cria uma política nacional de incentivo, como existe em outros países, ou ele precisa vedar a entrada do leite importado.”

Bacchi afirma que a concorrência externa é favorecida por subsídios nos países de origem. “Esses países têm incentivo governamental muito forte, e isso faz com que o leite chegue aqui abaixo do custo de produção do produtor brasileiro”, afirmou. Para ele, sem medidas de proteção, há ris-

co de desestruturação da cadeia. “Se não houver uma política de proteção, nós vamos ficar na mão do mercado internacional, porque não vai mais sobrar produtor de leite no Brasil.” Do ponto de vista do setor produtivo, a discussão vai além da reidratação do leite em pó importado. O presidente da Associação de Criadores de Gado Holandês do RS (Gadolando), Marcos Tang, afirma que o principal gargalo está no uso de insumos importados pela indústria de alimentos. “Quanto produtos lácteos, quanto chocolates são feitos usando derivados lácteos. E esse leite em pó é todo de fora, geralmente. É ali que está o grande gargalo”, disse. Segundo ele, a legislação pode ter efeito positivo ao reforçar a fiscalização, mas não resolve o problema central. “Pelo menos isso reacende uma fiscalização. O que eu defendo muito é que nós temos que estar em cima, tem que fiscalizar que isso não aconteça”, afirmou.

Tang defende medidas mais amplas para estimular o uso da produção nacional. “Se não tivermos alguma limitação do uso de leite em pó em produtos feitos à base de derivados lácteos, com um redirecionamento para o leite nacional, não vamos resolver o problema”, disse.

Experiência do Paraná indica efeito sobre mercado

Embora o debate da restrição à importação de leite em pó importado ganhe força no Rio Grande do Sul, a proposta segue um modelo já adotado em outros estados. O Paraná foi o primeiro a estruturar uma legislação com esse objetivo. O projeto, apresentado em 2023 pelo deputado estadual Luis Corti (PSB), foi aprovado no final de 2025 e sancionado, tornando-se referência para iniciativas semelhantes no País.

Segundo Corti, a proposta surgiu em meio à crise enfrentada pelo setor, marcada pela combinação de aumento da produção e crescimento das importações. “A crise do leite se deve, basicamente, ao aumento da produção e à grande importação de leite da Argen-

tina e do Uruguai, o que fez com que o preço enfrentasse uma das piores crises da história”, afirmou.

Os dados mais recentes indicam que a legislação teve impacto, ainda que não tenha interrompido totalmente a entrada do produto. Em outubro de 2025, o Paraná importou cerca de 250 toneladas de leite em pó. No mês seguinte, já sob efeito da nova legislação, o volume caiu pela metade. Entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, as importações se estabilizaram em torno de 150 toneladas mensais.

Na avaliação de Corti, o principal efeito da medida foi o de inibir práticas da indústria. “Quando nós proibimos o uso em produtos como chocolates e sorvetes, nós atingimos o maior dos problemas”,

afirmou. “Não zerou a importação, mas teve um efeito educativo importante sobre importadores e indústrias.”

O deputado também destaca o peso econômico da atividade leiteira no estado como justificativa para a medida. O Paraná é uma das principais bacias leiteiras do País, com municípios de forte especialização produtiva, como Castro, frequentemente citado como referência nacional em produtividade e organização da cadeia. A disseminação das propostas evidencia a formação de um movimento nacional, ainda que descentralizado, em defesa da cadeia leiteira. Esse conjunto de iniciativas encontra respaldo em uma crise que se intensificou a partir de 2023.

A partir da experiência paranaense, o modelo passou a ser replicado:

-Santa Catarina sancionou, em janeiro de 2026, legislação com teor semelhante.
-Goiás e Bahia também

avancaram com medidas na mesma linha.
-Em Rondônia, o projeto aprovado pelo Parlamento chegou a

ser vetado, mas o veto foi posteriormente derrubado. O tema também tramita na Assembleia de Minas Gerais.

Deutscher-Brasilianische Industrie- und Handelskammer
Câmara de Comércio e Indústria
Brasil-Alemanha

REUNIÃO-ALMOÇO

RADAR RS
CENÁRIOS EM MOVIMENTO

TERÇA, 31 DE MARÇO 12H - 14H

Local: Restaurante Coco Bambu

PATROCINADORES MASTER

SKA STIHL

APOIO

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

Cleomar Prunzel
AHK RS

Andreea Pal Fraport

Luis Fernando Batistela
Gedore